

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Canarana Transmissora de Energia S.A.

31 de dezembro de 2018
com Relatório do Auditor Independente

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2018

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	1
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração da mutação do patrimônio líquido	7
Demonstração do fluxo de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.....	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos
Acionistas e Diretores da
Canarana Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Canarana Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira regulatória da Canarana Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL através da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Canarana Transmissora de Energia S.A. a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

A Canarana Transmissora de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações financeiras societárias) sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, sem modificação, com data de 18 de março de 2019.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL através da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 25 de abril de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Glaucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O-4

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Nota	2018	2017
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	157.288	285
Concessionárias e permissionárias	8	7.087	-
Impostos a recuperar		31	113
Adiantamento de seguros		107	48
Adiantamento à fornecedores		1.815	-
Outros ativos circulantes		43	203
		166.371	649
Ativo não circulante			
Adiantamento de seguros		90	108
Imobilizado	9	257.397	173.701
Intangível	10	3.054	2.863
		260.541	176.672
		426.912	177.321
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores - terceiros	11	9.566	22.894
Tributos e contribuições sociais	12	769	2.031
Empréstimos e financiamentos	13	125.233	-
Dividendos propostos	15	758	-
Outros passivos circulantes		1.640	836
		137.966	25.761
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	137.791	-
Outras contas a pagar - partes relacionadas	14	-	9.806
		137.791	9.806
Patrimônio Líquido			
Capital social		144.001	144.001
Reserva de retenção de lucros		75.004	-
Reserva legal		3.987	-
Prejuízo acumulado	15	(71.837)	(2.247)
		151.155	141.754
		426.912	177.321

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Nota	2018	2017
Receita operacional líquida	16	35.869	-
Custo da operação	17	(6.235)	-
Lucro bruto		29.634	-
Despesas gerais e administrativas	18	(3.186)	(1.927)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		26.448	(1.927)
Resultado financeiro	20	(5.291)	222
Receita financeira		17	548
Despesa financeira		(5.308)	(326)
Resultado antes dos impostos		21.157	(1.705)
Imposto de renda e contribuição social		(10.998)	-
Lucro líquido / (Prejuízo) do exercício		10.159	(1.705)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro Líquido / (Prejuízo) do exercício	10.159	(1.705)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes	<u>10.159</u>	<u>(1.705)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros		Prejuízo Acumulado	Total
		Reserva legal	Retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2016	5.001	-	-	(542)	4.459
Aumento de capital conforme AGE de 23 de janeiro de 2017	15.000	-	-	-	15.000
Aumento de capital conforme AGE de 15 de maio de 2017	12.000	-	-	-	12.000
Aumento de capital conforme AGE de 03 de julho de 2017	112.000	-	-	-	112.000
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1.705)	(1.705)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	144.001	-	-	(2.247)	141.754
Constituição de reserva legal	-	3.987	-	(3.987)	-
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	-	-	75.004	(75.004)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(758)	(758)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	10.159	10.159
Saldos em 31 de dezembro de 2018	144.001	3.987	75.004	(71.837)	151.155

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Lucro (prejuízo) do exercício antes dos impostos	21.157	(1.705)
Itens de resultado que não afetam o caixa		
Juros do empréstimo e do financiamento	156	-
Variação monetária do financiamento	19	-
Depreciação e Amortização	4.703	48
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Concessionárias e permissionárias	(7.087)	-
Adiantamento de seguros	(197)	-
Impostos a recuperar	82	(113)
Adiantamento à fornecedores	(1.815)	-
Outros ativos	160	(119)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(13.329)	22.879
Tributos e contribuições sociais	14.870	8.371
Impostos pagos	(21.944)	(6.385)
Partes relacionadas	(9.806)	9.754
Outros passivos	804	632
Fluxo de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(11.867)	33.362
Fluxo de caixa das atividades de investimento:		
Aquisição de imobilizado e intangível	(108.977)	(173.970)
Baixa de imobilizado e intangível	20.543	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(88.434)	(173.970)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:		
Aumento de capital	-	139.000
Empréstimos e financiamentos captados	257.304	-
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	257.304	139.000
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	157.003	(1.608)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	285	1.893
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	157.288	285

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Canarana Transmissora de Energia S.A. (“Companhia” ou “CNTE”), foi constituída em 27 de abril de 2016 e é uma sociedade anônima fechada, de capital privado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica).

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), que é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

1.1. Da concessão

Em 13 de abril de 2016 a SGBH sagrou-se vencedora do Leilão ANEEL nº 013/2015 com receita anual permitida (RAP) no valor de R\$ 58.213 (cinquenta e oito milhões duzentos e doze mil seiscentos e trinta reais) e deságio de 5,29% frente a RAP máxima apresentada pela ANEEL. O contrato de concessão foi assinado em 25 de agosto de 2016, para construção, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão:

- (i) Linha de Transmissão em 230kV entre as subestações Paranatinga e Canarana, em circuito simples, com extensão aproximada de 275km.
- (ii) Novo pátio da subestação Paranatinga, em 500/230kV, 3x40 MVA mais unidade reserva.
- (iii) Subestação Canarana, em 230/138kV, 3x40 MVA mais unidade reserva, equipamentos compensação reativa, conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, conexões de reatores, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.
- (iv) A entrada em operação da Companhia ocorreu no mês de Junho de 2018, conforme termos de liberação para operação comercial emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

1.2. Receita anual permitida (RAP)

De acordo com o contrato de concessão nº 16/2016 firmado entre a Canarana e a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) a transmissora receberá pela prestação do serviço público de transmissão, até o final da concessão, a RAP de R\$ 58.213 (cinquenta e oito milhões duzentos e doze mil seiscentos e trinta reais), data base janeiro/2016. Ainda conforme o contrato a receita devida à transmissora será reajustada anualmente todo mês de julho, por fórmula pré-estabelecida que utiliza o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) como base.

A concessionária obteve a permissão para começar a receber RAP em 04 de junho de 2018 quando da emissão do Termo de Liberação Definitivo pelo ONS. Em 26 de junho de 2018 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.408/2018 estabeleceu a RAP em R\$ 64.542 (sessenta e quatro milhões quinhentos e quarenta e um mil setecentos e noventa e nove reais) para o período de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019.

1.3. Setor elétrico no Brasil - Transmissão

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCRs) foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador, a ANEEL.

No exercício de 2015 a ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico 2015, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

As DCRs foram autorizadas pela Administração em 25 de abril de 2019.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

2.1. Estimativas e premissas

As DCRs foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das DCRs foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado na demonstração contábil regulatória. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das DCRs. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3. Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após o período de divulgação. Os demais ativos e passivos são classificados como não circulante

3. Resumo das principais práticas contábeis regulatórias

A prática contábil regulatória utilizada é a mesma adotada na demonstração financeira societária, a qual foi elaborada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, exceto pelas práticas apresentadas a seguir:

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

3.1. Imobilizado e intangível

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas na Resolução vigente emitida pela ANEEL.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A Companhia mantém os ativos imobilizados e intangíveis segregados em “Em Serviço” e “Em Curso”. Os itens apresentados no grupo “Em serviço” correspondem a imobilizados e intangíveis já unificados e em operação. Os saldos apresentados no grupo “Em curso” correspondem a projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalente não alocado a ativos em funcionamento e outras aquisições que ainda estão sob análise da Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada.

3.2. Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

4. Resumo das principais práticas contábeis (regulatórias e societárias)

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

4.2. Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

4.3. Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

4.4. Impostos

Impostos sobre serviços prestados

As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 1,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 7,6%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 (duzentos e quarenta mil reais) no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

4.5. Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

4.7. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

4.8. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

4.9. Instrumentos financeiros

A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

a) Ativos financeiros

Classificação e mensuração - Com a adoção do CPC 48 os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A partir de 1º de janeiro de 2018 a Companhia passou a apresentar os instrumentos financeiros da seguinte forma:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.
- Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

(i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 substituiu o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

(ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

4.10. Meio Ambiente

Os custos socioambientais, previstos na legislação ambiental, são avaliados e estimados durante a construção do empreendimento e registrados no ativo até o final da construção e serão amortizados pelo prazo de concessão.

4.11. Fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

4.12. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

5. Normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes

Pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados pelo CPC, que passarão a vigorar a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019:

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil - O CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 – Leases, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1), equivalente à norma internacional IAS 17). O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso. Não há alteração substancial na contabilização dos arrendadores com base no CPC 06 (R2) em relação à contabilização atual de acordo com o CPC 06 (R1). Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação do CPC 06 (R1), distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros. O CPC 06 (R2), que vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06 (R1).

A Companhia planeja adotar o CPC 06 (R2) utilizando a abordagem modificada da retrospectiva e optará por adotar a norma para contratos que foram anteriormente identificados como arrendamentos que utilizam o CPC 06 (R1) e o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Portanto, a Companhia não aplicará a norma a contratos que não tenham sido previamente identificados como contratos que contenham um arrendamento nos termos do CPC 06 (R1) e o ICPC 03 e optará por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial, e contratos de arrendamento cujo ativo objeto seja de baixo valor.

A Companhia possui baixo volume com contratos de arrendamentos, cujos valores não são representativos. Não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras com a adoção do CPC 06 (R2).

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

Melhorias anuais - Ciclo 2015-2017 - CPC 32 - Tributos sobre o lucro - As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda sobre dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações ou eventos passados que geraram lucros distribuíveis do que às distribuições aos titulares. Portanto, a entidade reconhece as consequências do imposto de renda sobre dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido conforme o lugar em que a entidade originalmente reconheceu estas transações ou eventos passados. Embora o CPC tenha sido atualizado pela revisão nº 13, pela legislação tributária brasileira essa melhoria não é aplicável à Companhia.

Interpretação IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda - A Interpretação (ainda sem correspondência equivalente emitida pelo CPC no Brasil, mas que será emitida como ICPC 22) trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte: (i) se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente; (ii) as suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais; (iii) como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto; e (iv) como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, mas são disponibilizadas determinadas isenções de transição. A Companhia adotará a interpretação a partir da data em que entrar em vigor.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

6. Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3 e 4 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

Notas	31/12/2018			31/12/2017		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo						
Ativo circulante	166.371	65.058	231.429	649	38.366	39.015
Caixa e equivalentes de caixa	157.288	-	157.288	285	-	285
Concessionárias e permissionárias	7.087	-	7.087	-	-	-
Impostos a recuperar	31	-	31	113	-	113
Adiantamento de seguros	107	-	107	48	-	48
Ativo de concessão (financeiro)	a	-	-	-	38.366	38.366
Ativo de concessão (contratual)	a	65.058	65.058	-	-	-
Adiantamento à fornecedores	1.815	-	1.815	-	-	-
Outros ativos circulantes	43	-	43	203	-	203
Ativo não circulante	260.541	257.539	518.080	176.672	(29.066)	147.606
Ativo de concessão (financeiro)	a	-	-	-	147.352	147.352
Ativo de concessão (contratual)	a	-	517.777	-	-	-
Adiantamento de seguros	90	-	90	108	-	108
Imobilizado	b	257.397	(257.260)	173.701	(173.638)	63
Intangível	b	3.054	(2.978)	2.863	(2.780)	83
	426.912	322.597	749.509	177.321	9.300	186.621

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

Notas	31/12/2018			31/12/2017		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo						
Passivo circulante	137.966	5.295	143.261	25.761	-	25.761
Fornecedores - terceiros	f 9.566	5.295	14.861	22.894	-	22.894
Tributos e contribuições sociais	769	-	769	2.031	-	2.031
Empréstimos e financiamentos	125.233	-	125.233	-	-	-
Dividendos propostos	758	-	758	-	-	-
Outros passivos circulantes	1.640	-	1.640	836	-	836
Passivo não circulante	137.791	158.828	296.619	9.806	19.449	29.255
Empréstimos e financiamentos	137.791	-	137.791	-	-	-
Outras contas a pagar - partes relacionadas	-	-	-	9.806	-	9.806
Tributos diferidos	c -	158.828	158.828	-	19.449	19.449
Patrimônio líquido	151.155	158.474	309.629	141.754	(10.149)	131.605
Capital social	144.001	-	144.001	144.001	-	144.001
Reserva de retenção de lucros	75.004	-	75.004	-	-	-
Reserva de lucros a realizar	-	86.637	86.637	-	-	-
Reserva legal	3.987	-	3.987	-	-	-
Prejuízo acumulado	d/e (71.837)	71.837	-	(2.247)	(10.149)	(12.396)
	426.912	322.597	749.509	177.321	9.300	186.621

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2018			31/12/2017		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional líquida	d	35.869	214.329	250.198	-	158.387	158.387
Custo da operação	e	(6.235)	(93.458)	(99.693)	-	(165.288)	(165.288)
Lucro (prejuízo) bruto		29.634	120.871	150.505	-	(6.901)	(6.901)
Despesas gerais e administrativas		(3.186)	-	(3.186)	(1.927)	-	(1.927)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		26.448	120.871	147.319	(1.927)	(6.901)	(8.828)
Resultado Financeiro		(5.291)	(5.546)	(10.837)	222	-	222
Receita financeira		17	-	17	548	-	548
Despesa financeira		(5.308)	(5.546)	(10.854)	(326)	-	(326)
Resultado antes dos impostos		21.157	115.325	136.482	(1.705)	(6.901)	(8.606)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(10.998)	10.998	-	-	(3.143)	(3.143)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	c	-	(56.733)	(56.733)	-	-	-
Lucro (prejuízo) do exercício		10.159	69.590	79.749	(1.705)	(10.044)	(11.749)

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

a) Ativo de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos à concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção.

Ativo de Concessão - contratual

Em 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob escopo do ICPC 01 / IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação além da receita de remuneração de infraestrutura do contrato de concessão com base na TIR de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA.

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um “Ativo Contratual”.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica “Implementação da Infraestrutura”, como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

b) Imobilizado e intangível

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacional são reconhecidos como ativo de concessão contratual de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.

c) Impostos diferidos

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

d) Receita

a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

A receita de construção, receita de remuneração e receita de operação e manutenção do ativo contratual de concessão são registradas de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão nas demonstrações financeiras societárias. Nas DCRs apenas a receita incorrida no exercício é registrada, conforme nota explicativa 3.2.

e) Custo de operação e manutenção e custo de construção

O saldo de custo de construção e operação e manutenção são reconhecidos nas DFSs baseados com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Nas DCRs os saldos são representados pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.

f) Fornecedores

A variação do saldo da conta de fornecedores se deve ao fato de que neste grupo há a conta contábil “provisão de encerramento de obra”, onde na declaração regulatória foi contabilizado os juros do Mútuo com a SGBH, o que não ocorreu na declaração societária, onde os mesmos valores dos juros do mútuo foram contabilizados em seu resultado financeiro.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Bancos	488	285
Aplicação Financeira	156.800	-
	<u>157.288</u>	<u>285</u>

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento. Os CDBs podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração de 97% da taxa CDI.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

8. Concessionárias e permissionárias

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
A vencer	6.722	-
Vencidas até 30 dias	365	-
	<u>7.087</u>	<u>-</u>

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

9. Imobilizado

9.1. Mapa movimentação ativo imobilizado

	Valor líquido em 31/12/2017	Adições (a)	Baixas (b)	Transferências (c)	Valor bruto em 31/12/2018	Adições líquidas=(a)- (b)+(c)	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2018
Ativo imobilizado em serviço								
Transmissão	-	-	(14.401)	276.185	261.784	261.784	(4.524)	257.260
Terrenos	-	-	-	283	283	283	-	283
Edificações e benfeitorias	-	-	-	8.350	8.350	8.350	(176)	8.174
Máquinas e equipamentos	-	-	(14.401)	267.549	253.148	253.148	(4.348)	248.800
Móveis e utensílios	-	-	-	3	3	3	-	3
Administração	-	4	-	146	150	150	(13)	137
Equipamentos de informática em curso	-	4	-	140	144	144	(13)	131
Móveis e utensílios	-	-	-	6	6	6	-	6
	-	4	(14.401)	276.331	261.934	261.934	(4.537)	257.397
Ativo imobilizado em curso								
Transmissão	173.638	108.772	(6.130)	(276.280)	-	(173.638)	-	-
Máquinas e equipamentos em curso	41.096	13.410	(10)	(54.496)	-	(41.096)	-	-
Adiantamentos a fornecedores	9.639	9.956	(6.120)	(13.475)	-	(9.639)	-	-
A ratear	122.903	85.406	-	(208.309)	-	(122.903)	-	-
Administração	63	-	(12)	(51)	-	(63)	-	-
Equipamentos de informática em curso	63	-	(12)	(51)	-	(63)	-	-
	173.701	108.772	(6.142)	(276.331)	-	(173.701)	-	-
Ativo Imobilizado	173.701	108.776	(20.543)	-	261.934	88.233	(4.537)	257.397

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

9.2. Taxas de depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%) (i)	2018			2017
		Valor Bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço					
Transmissão	2,93%	261.784	(4.524)	257.260	-
Administração	16,87%	150	(13)	137	-
		261.934	(4.537)	257.397	-

Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

A seguir apresentamos as principais taxas de depreciação e amortização, de acordo com a Resolução ANEEL 474 de 2012, por grupo do ativo imobilizado e intangível de segregadas de acordo com as atividades operacionais:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Imobilizado - transmissão	
Banco de capacitores seriais	5,00%
Barramento	2,50%
Chave	3,33%
Conduto e canaletas	4,00%
Condutor	2,70%
Disjuntor	3,03%
Edificação	2,00%
Estrutura (poste, torre)	3,57%
Medidor	4,00%
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57%
Para-raios	4,17%
Reator (ou resistor)	2,78%
Sistema de alimentação de energia	5,88%
Sistema de aterramento	3,03%
Sistema de comunicação e proteção carrier	5,00%
Sistema de proteção, medição e automação	6,67%
Sistema de radiocomunicação	6,67%
Software	20,00%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de distribuição	4,00%
Transformador de força	2,86%
Administração central	
Equipamentos de informática	16,67%
Veículos	14,29%
Software	20,00%
Móveis e utensílios	6,25%

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

9.3. Principais aquisições do ativo imobilizado em curso em 2018

	<u>Material e equipamentos</u>
A ratear	85.406
Máquinas e equipamentos em curso	13.410
Adiantamentos a fornecedores	9.956
	<u>108.772</u>

9.4. Principais adições do ativo imobilizado em serviço em 2018

	<u>Material e equipamentos</u>
Condutor \geq 69 kV 1 condutor por fase (1.141,6 kg/km); Tipo do material: Alumínio com alma de aço; Tipo de isolamento de condutor: Nu; Bitola: 556,5 MCM; Nº de fases: Trifásico / Tripolar, modelo Dove	47.272
Conjunto de Cadeias de Isoladores \geq 69 kV; Classe de Tensão [V]: 230.000; Tipo de Cadeia de Isoladores: Suspensão; Material da Cadeia de Isoladores: Vidro; Composição da Cadeia de Isoladores: Simples, modelo IS-12	17.487
Sistema de Aterramento em Linha de Transmissão 246 km de cabo OPGW 14 mm - 24 fios (490 kg/km)	7.664
Auto-transformador 9AT02 Regulador, Fase Reserva, 500/ $\sqrt{3}$ /230/ $\sqrt{3}$ -13,8 kV - 30000x35000x40000/30000x35000x40000-600x800x1000 kVA, com tapes 500/ $\sqrt{3}$ kV \pm 10x1%; Tensão primária [V]: 288.675; Tensão secundária [V]: 132.791; Potência [kVA]: 40.000; Nº de fases: Monofásico / Unipolar; Comutação: Com Comutador sob Carga, Toshiba, ano de fabricação 2017, nº de série A17013B, modelo HC/OP/OPLAR-D, local: Setor de 500 kV	6.881
Auto-transformador 9AT02 Regulador, Fase Vermelha, 500/ $\sqrt{3}$ /230/ $\sqrt{3}$ -13,8 kV - 30000x35000x40000/30000x35000x40000-600x800x1000 kVA, com tapes 500/ $\sqrt{3}$ kV \pm 10x1%; Tensão primária [V]: 288.675; Tensão secundária [V]: 132.791; Potência [kVA]: 40.000; Nº de fases: Monofásico / Unipolar; Comutação: Com Comutador sob Carga, Toshiba, ano de fabricação 2017, nº de série A17012B, modelo HC/OP/OPLAR-D, local: Setor de 500 kV	6.881
Auto-transformador 9AT02 Regulador, Fase Branca, 500/ $\sqrt{3}$ /230/ $\sqrt{3}$ -13,8 kV - 30000x35000x40000/30000x35000x40000-600x800x1000 kVA, com tapes 500/ $\sqrt{3}$ kV \pm 10x1%; Tensão primária [V]: 288.675; Tensão secundária [V]: 132.791; Potência [kVA]: 40.000; Nº de fases: Monofásico / Unipolar; Comutação: Com Comutador sob Carga, Toshiba, ano de fabricação 2017, nº de série A17011B, modelo HC/OP/OPLAR-D, local: Setor de 500 kV	6.881
Auto-transformador 9AT02 Regulador, Fase Azul, 500/ $\sqrt{3}$ /230/ $\sqrt{3}$ -13,8 kV - 30000x35000x40000/30000x35000x40000-600x800x1000 kVA, com tapes 500/ $\sqrt{3}$ kV \pm 10x1%; Tensão primária [V]: 288.675; Tensão secundária [V]: 132.791; Potência [kVA]: 40.000; Nº de fases: Monofásico / Unipolar; Comutação: Com Comutador sob Carga, Toshiba, ano de fabricação 2017, nº de série A17010B, modelo HC/OP/OPLAR-D, local: Setor de 500 kV	6.881
Sistema de Aterramento em Linha de Transmissão 246 km de aço 3/8" EAR (407 kg/km)	6.366
Reator RT7RLTCNAC1 de Derivação 15.000 kVA - 3588,9 Ohm/fase; Tensão [V]: 230.000; Corrente nominal [A]: 37,70; Nº de fases: Trifásico / Tripolar, Toshiba, ano de fabricação 2017, nº de série A17018C, modelo XTR-D, local: Vão "A" de 230 kV (da LT para Canarana)	4.742
Torre; Tipo de torre: Autoportante; Tipo do material: Metálica; Altura [m]: 37,50; Carregamento/esforço [daN]: 13.860, modelo PCAT	3.719
	<u>114.774</u>

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

9.5. Principais baixas do ativo imobilizado em serviço em 2018

	<u>Material e equipamentos</u>
Transformador de Força 7AT01 Fase Vermelha, 230/ $\sqrt{3}$ /138/ $\sqrt{3}$ -13,8 kV – 30000x35000x40000/30000x35000x40000-600x800x1000 kVA, com tapes 230/ $\sqrt{3}$ kV \pm 10x1%; Tensão primária [V]: 132.791; Tensão secundária [V]: 79.674; Potência [kVA]: 40.000; N° de fases: Monofásico / Unipolar; Comutação: Com Comutador sob Carga, Toshiba, ano de fabricação 2017, n° de série A17014C, modelo HC/OP/OPLAR-D, local: Setor dos Transformadores	3.345
Transformador de Força 7AT01 Fase Branca, 230/ $\sqrt{3}$ /138/ $\sqrt{3}$ -13,8 kV – 30000x35000x40000/30000x35000x40000-600x800x1000 kVA, com tapes 230/ $\sqrt{3}$ kV \pm 10x1%; Tensão primária [V]: 132.791; Tensão secundária [V]: 79.674; Potência [kVA]: 40.000; N° de fases: Monofásico / Unipolar; Comutação: Com Comutador sob Carga, Toshiba, ano de fabricação 2017, n° de série A17015C, modelo HC/OP/OPLAR-D, local: Setor dos Transformadores	3.345
Transformador de Força 7AT01 Fase Azul, 230/ $\sqrt{3}$ /138/ $\sqrt{3}$ -13,8 kV – 30000x35000x40000/30000x35000x40000-600x800x1000 kVA, com tapes 230/ $\sqrt{3}$ kV \pm 10x1%; Tensão primária [V]: 132.791; Tensão secundária [V]: 79.674; Potência [kVA]: 40.000; N° de fases: Monofásico / Unipolar; Comutação: Com Comutador sob Carga, Toshiba, ano de fabricação 2017, n° de série A17016C, modelo HC/OP/OPLAR-D, local: Setor dos Transformadores	3.345
Transformador de Força 7AT01 Fase Reserva, 230/ $\sqrt{3}$ /138/ $\sqrt{3}$ -13,8 kV – 30000x35000x40000/30000x35000x40000-600x800x1000 kVA, com tapes 230/ $\sqrt{3}$ kV \pm 10x1%; Tensão primária [V]: 132.791; Tensão secundária [V]: 79.674; Potência [kVA]: 40.000; N° de fases: Monofásico / Unipolar; Comutação: Com Comutador sob Carga, Toshiba, ano de fabricação 2017, n° de série A17017C, modelo HC/OP/OPLAR-D, local: Setor dos Transformadores	3.345
	<u>13.380</u>

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

10. Intangível

10.1. Mapa movimentação ativo intangível

	Valor líquido em 31/12/2017	Adições (a)	Baixas (b)	Transferências (c)	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições líquidas=(a)-(b)+(c)	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2018
Ativo intangível em serviço								
Transmissão	-	61	-	3.003	3.064	3.064	(10)	3.054
Servidões	-	61	-	2.917	2.978	2.978	-	2.978
Software	-	-	-	86	86	86	(10)	76
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-
Software	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	61	-	3.003	3.064	3.064	(10)	3.054
Ativo intangível em curso								
Transmissão	2.779	140	-	(2.919)	-	(2.779)	-	-
Servidões	2.777	140	-	(2.917)	-	(2.777)	-	-
Software	2	-	-	(2)	-	(2)	-	-
Administração	84	-	-	(84)	-	(84)	-	-
Software	84	-	-	(84)	-	(84)	-	-
	2.863	140	-	(3.003)	-	(2.863)	-	-
Ativo Intangível	2.863	201	-	-	3.064	201	(10)	3.054

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

10.2. Taxas de Amortização

	Taxa anual média de amortização (%) (i)	2018			2017
		Valor Bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço					
Transmissão	20,00%	3.064	(10)	3.054	-
		3.064	(10)	3.054	-

10.3. Principais adições do ativo intangível em serviço em 2018

	Servidões
Servidão LTPC_MV04_0005 PROPRIEDADE DE JOCI PICCINI (FAZENDA ÁGUA SANTA) com área de 13,5494 ha; Matrícula nº 1203, local: Paranatinga - MT	61
	61

10.4. Principais baixas do ativo intangível em serviço em 2018

Não houve baixa de ativo intangível em serviço no exercício de 2018.

11. Fornecedores

	2018	2017
Provisão para encerramento de obra	6.952	-
Fornecedores relacionados à construção	2.409	22.675
Gastos ambientais e fundiários	99	192
Prestadores de serviços	44	15
Outros	62	12
	9.566	22.894

12. Tributos e contribuições sociais

	2018	2017
Contribuição para o financiamento da seguridade social	365	1
Imposto nacional para seguridade social – empregado	104	60
Imposto de renda retido na fonte – empregado	96	67
Programa de integração social	80	1
Imposto nacional para seguridade social - terceiros	46	764
Imposto sobre serviços – terceiros	40	612
Fundo de garantia do tempo de serviço	36	21
Outros	2	505
	769	2.031

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

13. Empréstimos e financiamentos

a) Total da dívida

<u>Descrição</u>	<u>Início</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Garantidor</u>	<u>Encargos</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
BNDES	12/2018	01/2033	SGBH	TJLP + 1,93%	147.478	-
Mútuo SGBH	12/2017	12/2018	N/A	108% CDI	115.546	-
					<u>263.024</u>	<u>-</u>
Circulante					125.233	-
Não circulante					137.791	-
					<u>263.024</u>	<u>-</u>

Mútuo SGBH

Em 8 de janeiro de 2018 foi aprovada através do Despacho nº27 publicado no D.O. de 09 de janeiro de 2018 seção 1, p. 26, v. 155, n. 6 a anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, o Contrato de Mútuo entre a Canarana Transmissora de Energia S.A. e a State Grid Brazil Holding - SGBH no valor de R\$ 110.000 (cento e dez milhões de reais) pelo prazo de 12 meses a partir da data de assinatura do documento.

Sobre o montante, incidirão juros equivalentes à 108% do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI divulgado pela CETIP – Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos ao ano, calculados *pro-rata-die* com base no exponencial de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis no ano.

O saldo devedor, devidamente acrescido da remuneração (conforme definido acima), deverá ser integralmente pago com recursos provenientes do primeiro desembolso do contrato de financiamento junto ao BNDES ou na data de vencimento, o que ocorrer primeiro, podendo o prazo ser prorrogado por acordo entre as Partes sem alteração das demais condições.

Em 31 de dezembro de 2018 a totalidade do montante aprovado no contrato de mútuo já havia sido integralizada.

BNDES

Em 18 de outubro de 2018, foi firmado um contrato de financiamento junto ao BNDES no montante de R\$ 180.983 (cento e oitenta milhões novecentos e oitenta e três mil cento e cinco reais) destinado a aquisição de máquinas e equipamentos, compra de materiais e serviços para a construção de da linha de transmissão. Sobre o montante incidirão juros de 1,93% (um vírgula noventa e três por cento) ao ano a título de remuneração, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Do total deste montante, R\$ 147.304 (cento e quarenta e sete milhões trezentos e três mil e seiscentos e quarenta reais) já foram repassados pelo BNDES em 26 de dezembro de 2018.

Esse financiamento será pago em 168 (cento e sessenta e oito) parcelas mensais e sucessivas. A primeira parcela vencendo em 15 de fevereiro de 2019 e a última vencerá em 15 de janeiro de 2033.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

Garantias

- Penhor da totalidade das ações da Companhia de direito da SGBH.
- Cessão dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão.

Covenants

A Companhia deve apresentar o fluxo de caixa disponível para pagamento da dívida no período dividido pelo montante de juros a pagar adicionado do montante amortizado do principal superior ou igual a 1,2 (um vírgula dois) vezes a partir do exercício de 2019.

O Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito 18.2.0425.1 estabelece a obrigação de dobrar a conta reserva de 3 (três) para 6 (seis) vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço de dívida, caso o ICSD mínimo de 1,2 não seja atingido no exercício anterior.

14. Transações com partes relacionadas

	2018	2017
Outras contas a pagar - partes relacionadas		
SGBH (a)	-	9.800
PRTE (b)	-	6
	-	9.806

(a) Refere-se ao AFAC (adiantamento para futuro aumento de capital) com a SGBH;

(b) Refere-se a uma prestação de serviço paga pela PRTE.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 27 de abril de 2016 foi aprovada a constituição da Companhia através da Ata de Assembleia Geral de Constituição, com a emissão de 1.000 ações ordinárias no valor de R\$1 cada, totalizando R\$1.000. Em 26 de setembro de 2016 houve aumento de capital em R\$5.000 mediante a emissão de 5.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data. Em 23 de janeiro de 2017 foi aprovado o aumento de capital em R\$15.000, mediante a emissão de 15.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data. Em 15 de maio de 2017 houve aumento de capital em R\$12.000, mediante a emissão de 12.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data. Em 03 de julho de 2017 foi aprovado o aumento de capital em R\$112.000, mediante a emissão de 112.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data. Em 31 de dezembro de 2018, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$144.001, dividido em 144.001 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada. A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	<u>2018 e 2017</u>
SGBH	99,99%
International Grid Holding Limited	<u>0,01%</u>
	<u>100%</u>

a) Reserva Legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas.

b) Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	<u>2018</u>
Lucro líquido do exercício	79.749
Reserva legal (5%)	<u>(3.987)</u>
Base de cálculo para os dividendos	75.762
Dividendo mínimo obrigatório (1%)	<u>758</u>

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

16. Receita operacional líquida

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita operacional bruta	40.471	-
Receita de encargos de transmissão	33.475	-
Recuperação de Pis e Cofins	3.767	-
Receita rede de fronteira	2.079	-
Receita de CCT	1.150	-
Deduções da receita operacional	(4.602)	-
PIS	(735)	-
COFINS	(3.381)	-
P&D	(359)	-
TFSEE	(127)	-
	35.869	-

17. Custo da Operação

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Pessoal	(1.296)	-
Depreciação e amortização	(4.525)	-
Viagens	(246)	-
Impostos e taxas	(62)	-
Seguros	(59)	-
Outros	(47)	-
	(6.235)	-

18. Despesas gerais e administrativas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Pessoal	(1.000)	(989)
Encargos e benefícios	(496)	(406)
Serviços de terceiros	(766)	(294)
Doações, contribuições e subvenções	(449)	-
Viagens	(101)	(45)
Arrendamentos e Aluguéis	(77)	(114)
Telecomunicação	(25)	(47)
Tributos	(32)	(7)
Depreciação	(23)	-
Outros	(217)	(25)
	(3.186)	(1.927)

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

19. Despesas de pessoal

Pessoal - operação	2018	2017
Remuneração	(965)	-
Encargos	(319)	-
Outros Benefícios - Corrente	(12)	-
	(1.296)	-

Pessoal - administração	2018	2017
Remuneração	(1.000)	(989)
Encargos	(314)	(276)
Outros Benefícios - Corrente	(182)	(130)
	(1.496)	(1.395)
	(2.792)	(1.395)

20. Resultado financeiro

	2018	2017
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	17	545
Outros	-	3
	17	548
Despesas financeiras		
IOF, taxas e comissões	(4.823)	(85)
Multas e acréscimos moratórios	(310)	(241)
Juros BNDES	(156)	-
Variação monetária	(18)	-
Outros	(1)	-
	(5.308)	(326)
	(5.291)	222

21. Instrumentos financeiros

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

21.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo por meio de resultado	Nota	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	7	157.288	285
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	2018	2017
Concessionárias e permissionárias	8	7.087	-
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	2018	2017
Fornecedores - terceiros	11	9.566	22.894
Empréstimos e financiamentos	13	263.024	-

21.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

b) Riscos cambiais

A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

c) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

22. Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não existem ações judiciais de qualquer natureza, conhecidas pela Administração, com base no parecer de seus assessores jurídicos, classificadas como perda provável ou possível, que impliquem registro de provisões ou divulgação.

23. Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

24. Eventos subsequentes

Contrato de Mútuo

Em 09 de janeiro de 2019 a Companhia quitou integralmente o mútuo com a controladora State Grid Brasil Holding S.A. acrescido dos juros remuneratórios no valor total de R\$ 115.730 (cento e quinze milhões setecentos e trinta mil e noventa e seis reais), sendo R\$ 110.000 (cento e dez milhões de reais) de valor principal e R\$ 5.730 (cinco milhões setecentos e trinta mil e noventa e seis reais) de juros remuneratórios.